

Consonância partidária e endividamento estadual no Brasil

Laura Maass ¹, Daiane Londero²

1. Acadêmica do curso de Ciências Econômicas na Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. 2. Orientadora



INTRODUÇÃO

No cenário de um federalismo regido pelos chefes dos executivos estaduais, com um caráter predatório e não cooperativo, em que estes vetavam qualquer proposta estabelecida pelo governo federal, barrando seus domínios, para que não perdessem poder. Contudo, o governo central volta a ganhar força com a execução do plano real, que trouxe a estabilidade e a redução da inflação e o aumento da taxa de juros, enfraquecendo, assim os estados que já não conseguiam mais “jogar” com seus proventos. Situação que foi agravada pela regularização dos repasses da União para os entes federados e as medidas para diminuir os déficits públicos.

MÉTODOS

Através da análise dos partidos que estiveram em exercício em âmbito federal e nos 27 entes federativos, no período que compreende desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso até o ano de 2015, e das dívidas públicas estaduais e das transferências voluntárias referentes aos respectivos mandatos.

CONCLUSÃO

Observando uma grande oscilação das finanças públicas estaduais entre as trocas dos exercícios de um partido político e outro, esta pesquisa vem com o intento de verificar até que ponto o alinhamento dos partidos políticos dos estados com o da união interfere nas transferências voluntárias.